

Vergonha, vergonha!

ESTADO DE SÃO PAULO

— 7 DEZ 1991

Não bastasse o fato de os deputados federais e senadores brasileiros já serem, de longe — mesmo antes do último aumento autoconcedido — os mais bem-remunerados de toda a América Latina, pois percebiam o dobro em salários mínimos e seis vezes mais, em correspondência ao dólar, do que os que vêm em segundo lugar (os bolivianos) numa lista dos 17 países que mais pagam a seus congressistas, segundo dados levantados pela *Agência Alemã de Imprensa (DPA)*, publicados em nossa edição de 16 de novembro. Não bastasse a crise econômica profunda em que o País está mergulhado, com recessão aguda, desemprego, conseqüente queda de arrecadação e falta de recursos públicos para setores essenciais de serviços, como saúde, educação, saneamento básico, etc., os deputados federais resolveram aprovar projeto que simplesmente dobra seus próprios vencimentos, reajustando-os em 102,58% para novembro. Índice mágico que teve como pretexto o reajuste proposto pelo governo aos secretários da Presidência da República.

Os deputados tomaram essa decisão, esquecendo-se rapidamente do porcentual de reajuste de 53,5% que constava do projeto do primeiro secretário da Câmara, logo depois que aprovaram 20% de aumento para a maioria do funcionalismo público federal. Dessa maneira, fizeram seus contracheques de dezembro engordar de Cr\$ 2,6 milhões para Cr\$ 5,2 milhões, independentemente de todas as vantagens que usufruem à custa dos contribuintes, tais como residência, carros, motoristas, passagens aéreas, combustível, franquia telefônica, postal, etc. E foi o primeiro-secretário, deputado Inocência de Oliveira (PFL-MG), quem esclareceu que sobre o valor de Cr\$ 5,2 milhões será aplicado o reajuste global de 20% conferido aos servidores. Isso fará com que os representantes do povo ganhem nada menos do que 150 vezes o salário mínimo do País — afóra, é claro, todas as vantagens gratuitas com que o cidadão comum não pode sequer sonhar.

Imaginando ter descoberto uma pé-

rola de argumento para responder ao justificado sentimento de repúdio da sociedade a essa prova gritante de insensibilidade em relação à situação geral da população brasileira nos dias que correm, disse o presidente da Câmara dos Deputados, deputado ÍbSEN Pinheiro (PMDB-RS): “Não posso admitir que um deputado vá almoçar com um banqueiro, de colarinho puído, esperando que o banqueiro pague a conta”. Deixando-se de lado o fato de que parlamentares não foram eleitos, propriamente, para viver almoçando com banqueiros, é não conhecer o valor das palavras e dos números afirmar que a diferença entre um colarinho puído e uma camisa em ordem, com o colarinho branco impecável, está na remuneração de Cr\$ 6,3 milhões mensais. Alguma coisa mais parece bastante puída no Legislativo. Na Câmara dos Comuns, para esse tipo de comportamento, diz-se “Vergonha, vergonha!”